



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. Sorbone, 375, . - Centervile
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

SENTENÇA

Processo nº: **0005654-02.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Diego Ceregatti Piva**
 Requerido: **Banco Csf Sa**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Em 08/11/2013, faço estes autos conclusos ao Dr. MILTON COUTINHO GORDO, MM. Juiz de Direito desta 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos. Eu, _____, Escrevente, subscrevi.
 N. de Ordem: 572/12

VISTOS

DIEGO CEREGATTI PIVA ajuizou Ação **DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS cc pedido de ANTECIPAÇÃO DE TUTELA** em face de **BANCO CSF S/A** (nova denominação do BANCO CARREFOUR S/A), todos devidamente qualificados.

Aduz o autor, em síntese, que foi surpreendido com a negativação de seu nome, no valor de R\$ 1.286,13, levada a efeito pelo requerido. Afirma que não manteve com ele relação jurídica e que terceiro utilizando-se de seus (dele autor) documentos realizou a compra que ensejou a restrição. Pede, liminarmente, a concessão da tutela antecipada para que seus dados sejam retirados dos cadastros de inadimplentes e ainda a procedência da ação condenando a ré ao pagamento de indenização por danos morais em razão dos dissabores sofridos. Juntou documentos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. Sorbone, 375, . - Centerville
CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

A antecipação da tutela foi deferida a fls. 24.

Devidamente citada, a requerida contestou sustentando, em síntese, que a existência de culpa exclusiva de terceiro afasta sua responsabilidade. Além disso, alega que o requerente não demonstrou o necessário nexos de causalidade entre o evento danoso e a conduta do agente, deixando de comprovar, inclusive, o dano efetivamente sofrido. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 87/93.

As partes foram instadas a produzir provas e demonstraram desinteresse (fls. 95 e 96).

Em resposta ao despacho de fls. 97 foram carreados documentos de fls. 103/104.

Declarada encerrada a instrução, as partes apresentaram memoriais às fls. 110/111 e 113/115.

O julgamento foi convertido em diligência e, na sequência, o autor se manifestou a fls. 119 e ss e 133/134.

É o relatório.

DECIDO.

Temos como pontos não controvertidos, pois não contestados especificamente: a) o fato de o autor ter seu nome negativado por ato do réu; b) o fato de o banco requerido ter concedido um financiamento em nome do autor,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centervile

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

apresentando-se, todavia, “terceira pessoa” portando documentos daquele. (não se sabe se adulterados ou não).

Também não há dissenso sobre a restrição registrada em nome do autor por conta do não pagamento do sobredito financiamento.

O próprio réu não contesta a possibilidade de ter negociado com terceira pessoa, que não o demandante (a respeito confira-se especificamente o consignado a fls. 44).

O autor é consumidor equiparado (por ficção jurídica) consoante prevê o artigo 17 do CDC, posto que vítima de um “acidente de consumo”, definido como todo fato jurídico produzido por um defeito na prestação de serviços bancários e geradores de violação a interesse de terceiros.

No caso, a responsabilidade do postulado é obviamente objetiva; pouco (ou nada) interessa se agiu ou não com culpa.

Nessas hipóteses mister que estejam presentes o dano, o nexo e o serviço falho.

O dano sofrido pelo autor e o nexo são claros: teve negado seu crédito por conta da restrição discutida, a qual não deu causa.

A atuação falha da ré também me parece evidente.

Conquanto se presuma que atue ela com diligência nos seus negócios (no que interesse ao caso, o fornecimento de financiamento) ao celebrar o contrato discutido assumiu a responsabilidade na concessão de empréstimo destinado a terceira pessoa que se apresentou com documentos do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centerville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

autor, conferindo a ele (falsário) a oportunidade de promover pagamento facilitado.

Mesmo que seus funcionários tenham agido com cautela, o resultado da ação não se altera.

Aliás, o réu não se preocupou em apresentar ao Juízo cópias dos documentos utilizados na negociação, o que inviabiliza até mesmo avaliar o grau da desatenção de seus prepostos.

A responsabilidade da ré, como já dito, não está fundada na ocorrência de ato ilícito (afinal, o exercício da atividade empresarial é lícito e permitido), mas sim no risco da atividade, razão pela qual a responsabilidade é reputada objetiva por força de lei (art. 14, *caput*, CDC).

Ademais, ao contemplar as duas únicas hipóteses de exoneração de responsabilidade civil do fornecedor pelo fato do serviço, o legislador (art. 14, § 3º, incisos I e II) nenhuma menção faz ao caso fortuito e a força maior como causas excludentes.

A respeito confira-se a lição de Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery, *in Leis civis comentadas*: atualizado até 20 de julho de 2006: RT, p. 197/198.

A concessão de crédito a falsário/ estelionatário, que se apresenta portando documentação e dados de terceiros, lamentavelmente, é expediente corriqueiro na atualidade; ao colocar em prática o lícito e regular desenvolvimento de suas atividades, a ré tem pleno conhecimento de que se encontra sujeita a tal risco na prestação de seus serviços (art. 14, § 1º, inciso II, CDC)!



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. Sorbone, 375, . - Centerville
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

Temos nos autos, assim, caso típico de “fortuito interno”, ou seja, aquele fato que se relaciona diretamente com os riscos inerentes ao desempenho da atividade empresarial, forçando reconhecer, pois, a responsabilidade civil da financeira.

Em suma: quem concede financiamento nessas circunstâncias responde pelos danos advindos da subsequente inscrição indevida do nome da vítima nos órgãos de restrição ao crédito, o mesmo se dando com a inserção irregular do CPF e RG da vítima do ato criminoso.

Nesse diapasão o seguinte aresto: REsp 774.640/SP, 4ª Turma, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, DF 05/02/2007, p. 247.

Assim, tem o autor direito a exclusão da negativação aqui discutida.

A situação reportada não retrata “mero aborrecimento”.

Há claros indícios de que as outras negativações foram também feitas por falsários utilizando os mesmos documentos, razão pela qual resta evidenciado o dano moral; ademais, o autor comprovou ter ajuizado ações discutindo as negativações levadas a efeito por “Loja Ponto Frio” e “Lojas Pernambucanas” (cf. fls. 116/117).

Passo, assim, a dimensionar o menoscabo moral, que, no caso, se tipifica “in re ipsa” e decorre da própria negativação ilegal.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centerville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

Não há critérios pré-definidos que possam ser utilizados para dimensionar o dano moral.

A situação examinada, flagrantemente irregular, **representa, em si, dano moral, desnecessária qualquer prova específica sobre a efetiva causação do dano**; em outras palavras, verificada a situação, o dano se concretiza **"in re ipsa"**.

Nesse sentido os argumentos lançados pelo emitente Dês. Carlos Alberto Álvaro de Oliveira quando do julgamento da Apelação Cível nº 70003128832, do TJRS, cuja reprodução total me parece desnecessária, mas pequeno trecho é pertinente.

O dano moral, como prática atentatória aos direitos da personalidade, traduz-se num sentimento de pesar íntimo da pessoa ofendida, capaz de gerar-lhe alterações psíquicas ou prejuízos à parte social ou afetiva de seu patrimônio moral. Nessas condições, torna-se a meu ver difícil senão mesmo impossível em certos casos a prova do dano, de modo que me filio à corrente que considera estar o dano moral "in re ipsa", dispensada a sua demonstração em juízo.

O que se busca, como anota WINDSCHED é **"compensar a sensação de dor da vítima com uma sensação agradável em contrário"** (nota 31, parágrafo 455, das PENDETTO, traduzidas por Fadda e Bensa, com destaques deste julgador).

O *quantum* deve ser capaz de "anestesiá-lo" o sofrimento carregado, sem, todavia, significar enriquecimento desproporcional e, portanto, sem causa.

Visa, também, **considerar o causador**, trazendo-lhe impacto bastante para dissuadí-lo de praticar novo ato nocivo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. Sorbone, 375, . - Centerville
CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

De todos os critérios preconizados nos pretórios, tenho que o mais viável – porque evita a adoção de fórmulas mágicas que muitas vezes podem se perder no vazio – é a aplicação do denominado “critério prudencial”, referido na RT 650/63.

Atento a tais parâmetros, e levando em conta as regras de experiência comum, arbitro a indenização no valor equivalente a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Assim, o veredicto respeitará o duplo aspecto que se busca com a reparação do menoscabo moral, ocasionado, saliente-se, tanto pela negatificação do nome do autor junto aos órgãos de proteção ao crédito como em decorrência dos dissabores causados.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pleito para **DECLARAR A INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO** referente a negatificação discutida nos autos levada a efeito por **BANCO CSF S/A**.

Torno, pois, definitiva a antecipação da tutela concedida a fls. 24. Oficie-se para a exclusão em definitivo no tocante ao débito aqui discutido.

Outrossim, **CONDENO o requerido a pagar ao autor, DIEGO CEREGATTI PIVA, indenização por danos morais** no importe de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com correção a contar da presente, mais juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

Diante da sucumbência, arcará a requerida com as custas e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. Sorbone, 375, . - Centerville
CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

despesas do processo e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor total da condenação.

P.R.I.

São Carlos, 13 de novembro de 2013.

MILTON COUTINHO GORDO
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA